

FICHA DE SEGUIMENTO

Avaliação Conjunta do PIC de Timor-Leste (2007-2010)

Data: Setembro de 2012

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
1. Na elaboração do novo PIC deverão ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os atores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONGD. O IPAD deverá promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções com uma periodicidade regular em função das necessidades específicas de Timor-Leste.	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD vai reforçar a realização periódica de reuniões com os ministérios sectoriais e outros intervenientes com vista à recolha de contributos e informação.	As reuniões que tiverem lugar entre o IPAD e os ministérios sectoriais, ou outros intervenientes, tiveram sempre lugar ao nível da divisão de projetos (CGII-DAOP). O PIC 2011-2014 encontra-se em fase final de elaboração. O novo PIC foi elaborado de acordo com as linhas orientadoras do GSENEC, as quais introduziram profundas alterações ao modelo existente.
2. No IPAD deverá ser promovido um maior entrosamento entre os Serviços quer na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento sectorial, quer durante o acompanhamento e reporte, para melhorar a eficácia e complementaridade das intervenções quer, ainda, para evitar eventuais lapsos de contabilização da APD.	IPAD (DSP + CGII + AEM))	Aceite	O entrosamento entre os diversos serviços do IPAD deve passar pela realização de reuniões com a adequada periodicidade, a convocar pela DSP, que permitam uma regular troca de informações e evitem uma duplicação de tarefas.	A circulação de informação entre as divisões deverá ser fortalecida, para que os serviços envolvidos na elaboração e acompanhamento dos PIC estejam representados em todas as reuniões com os parceiros. A integridade da APD tem estado assegurada na medida em que tem sido usada uma única fonte de informação para efeitos de reporte – Planos de Tesouraria.

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

⁴ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				A reorganização interna do Instituto vai ao encontro da recomendação efetuada, não sendo necessário aplicar as medidas preconizadas em Julho de 2011 para a implementação da mesma.
3. A programação do futuro PIC deverá ser feita em articulação com as autoridades timorenses partilhando, de igual modo, toda a informação sobre o “envelope” financeiro, a sua estrutura e execução.	IPAD (DSP)	Aceite	O IPAD vai identificar os pontos focais de ambos os lados para que a informação possa circular sem falhas.	O novo PIC está a ser elaborado em articulação com a Embaixada de Portugal em Díli e com as autoridades timorenses, tendo sido fornecido a ambas, atempadamente, informação relativa ao seu envelope financeiro, à sua estrutura e execução.
4. O novo PIC deverá incluir todas as intervenções financiadas pela Cooperação Portuguesa, quer seja pela via bilateral quer multilateral, nomeadamente o apoio à UNMIT, à semelhança do que já acontece com outras contribuições multilaterais.	IPAD (DSP)	Aceite	Os mecanismos de recolha de informação vão ser reforçados. Este esforço passa, entre outros, por uma maior dinamização das CIC e do Fórum da Cooperação para o desenvolvimento. O PIC deve incluir os dados referentes a tudo o que sejam contribuições da Cooperação Portuguesa, desde que se incluam nos eixos prioritários de intervenção.	O novo PIC inclui todas as intervenções financiadas pela Cooperação Portuguesa, pelas vias bilateral e multilateral, que se incluem nos eixos prioritários de intervenção, e que tenham sido comunicadas em tempo útil à entidade coordenadora. Sobre os PIC só foi realizada uma CIC na anterior legislatura.
5. Deverá ser criado um código de conduta, a ser assinado pelos agentes da cooperação (assessores nos ministérios e docentes). Os agentes da cooperação deverão receber formação prévia sobre a realidade timorense e	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	(i) Não existe código de conduta, contudo no clausulado dos contratos de agentes da cooperação (AC) encontram-se bem espelhados os direitos e deveres. Existindo em casos específicos cláusulas de	(i) A situação mantém-se. (ii) No PCLP o Instituto trabalhou em conjunto com a assessoria pedagógica e participava nas semanas de formação como interveniente em módulos sobre a

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>sobre tétum, e orientações claras ao nível das funções que vão exercer, com o objetivo de uma melhor integração e desempenho das suas funções. Contudo, os TdR dos assessores devem ser suficientemente flexíveis, de modo a permitirem responder às solicitações das autoridades timorenses.</p>			<p>confidencialidade.</p> <p>(ii) Todos os AC recebem informação prévia e no caso dos docentes recebem também formação, na qual se encontram contempladas a abordagem do Tétum e da cultura de Timor-Leste.</p> <p>Existe contratualmente a obrigatoriedade de todos os AC aprenderem s aspectos básicos do tétum. Para o efeito são preparados módulos de formação ministrados em Díli.</p> <p>(iii) Os TDR dos assessores correspondem ao solicitado por Timor-Leste com a necessária flexibilidade, não podem contudo responder a solicitações avulsas que nada têm a ver com o objeto do seu contrato.</p>	<p>estrutura da Cooperação Portuguesa, prioridades de atuação em Timor-Leste, informação sobre o Projeto e esclarecimentos sobre os seus direitos, deveres e obrigações enquanto Agentes da Cooperação. NO PCLP eram abordadas as questões da língua, metodologia, competência comportamental e iniciação ao Tétum;</p> <p>No âmbito do PFICP, a formação foi ministrada pelas Universidades de Aveiro e Minho. Este Instituto não teve qualquer participação, nem conhecimento do seu conteúdo.</p> <p>No âmbito do PFIC desconhece-se se terá sido ministrada formação de Tétum em Díli.</p> <p>Ao nível do Ensino Superior, a seleção e contratação dos docentes é da responsabilidade da FUP, a qual ministra uma oficina preparatória aos docentes selecionados, desconhecendo-se se na mesma se ensinam os aspetos básicos do Tétum.</p> <p>Em alguns projetos previu-se e executou-se verba para cursos <i>ad hoc</i> de natureza intensiva.</p> <p>(iii) A situação mantém-se.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>6. Definir uma política de comunicação que dê uma maior visibilidade à Cooperação Portuguesa no terreno.</p>	IPAD (ND)	Aceite	<p>Quando houver política de comunicação, as unidades orgânicas do IPAD procurarão que a mesma seja implementada.</p> <p>A implementação da política de comunicação deve ser efetuada em estreita colaboração com a nossa Embaixada, aproveitando o conhecimento dos técnicos no terreno.</p>	-
<p>7. O IPAD deverá assumir o papel de coordenador da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste, dando indicações precisas sobre as prioridades estratégicas de intervenção e promovendo de forma mais regular reuniões quer da CIC, quer sectoriais e/ou em áreas afins (educação, defesa e segurança, desenvolvimento rural, etc.), que incluam também a sociedade civil, procurando potenciar sinergias e complementaridades entre atores.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	<p>O IPAD vai continuar a assumir o seu papel legal de coordenador da cooperação portuguesa. Para tal vai intensificar os encontros e troca de informação entre todos os intervenientes.</p> <p>Os mecanismos de recolha de informação vão ser reforçados. Este esforço passa, entre outros, por uma maior dinamização das CIC e do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento.</p>	<p>O novo modelo de PIC, assim como as prioridades geográficas e sectoriais de intervenção, foram apresentadas aos diversos Ministérios pelo próprio GSENEC tendo solicitado dos mesmos contributos para a elaboração do documento.</p> <p>Sobre os PIC só foi realizada uma CIC na anterior legislatura.</p>
<p>8. Deverá ser criado um sistema de acompanhamento organizado, com recolha de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Timor-Leste que permita uma gestão centrada nos resultados.</p>	IPAD (DSP)	Aceite	<p>Vai ser criado um sistema de acompanhamento organizado, com a definição de indicadores e metas, envolvendo para o efeito todos os serviços relevantes.</p>	<p>Até ao momento não foi possível implementar um sistema de acompanhamento organizado com a definição de indicadores e metas. Para se avançar nesta recomendação será necessário criar um grupo de trabalho, representado pelos diversos serviços do Camões, I.P., cuja função será a de elaborar uma matriz de intervenção que</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				<p>contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações.</p>
<p>9. Deverá ser promovida uma maior articulação entre o IPAD e a Embaixada de Portugal em Díli, melhorando o diálogo e a complementaridade, com vista a uma maior eficácia e coordenação da Cooperação Portuguesa.</p>	<p>IPAD (DSP + CGII)</p>	<p>Aceite</p>	<p>O IPAD vai continuar o esforço de articulação com a Embaixada de Portugal em Díli, nomeadamente através do envio semestral da informação disponível no IPAD sobre a Cooperação Portuguesa em Timor-Leste.</p> <p>Do mesmo modo, aguarda o envio de informação por parte da Embaixada portuguesa em Díli.</p>	<p>Deverá promover-se a criação de um sistema de comunicação mais eficaz entre a Embaixada de Portugal em Díli e os serviços do Camões I.P. com vista a uma transmissão rápida, eficaz e em tempo útil da informação.</p> <p>A articulação com a Embaixada de Portugal em Díli continua a revelar-se um aspeto a reforçar.</p> <p>Particularmente relevante é a situação dos TSC, contratados por este Instituto.</p>
	<p>Embaixada de Portugal em Díli</p>	<p>Aceite</p>	<p>Considera-se que a comunicação entre a Embaixada de Portugal em Díli e o IPAD tem garantido a transmissão de toda a informação relevante. Não obstante, a Embaixada de Portugal em Díli encontra-se disponível para considerar formas que esse Instituto considere pertinentes. Quanto às comunicações informais, independentemente da desejável agilidade processual que podem proporcionar, é necessário evitar curtos-circuitos e quebras da hierarquia.</p>	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>10. A Embaixada de Portugal em Díli deverá promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos sectoriais e em áreas afins. Estas reuniões devem contar com a presença de todos os atores, incluindo os da sociedade civil, potenciando a complementaridade das ações.</p>	Embaixada de Portugal em Díli	Rejeitada	<p>A Embaixada de Portugal promove regularmente e sempre que necessário, reuniões de coordenação sectoriais, interna e externamente. Sem exclusões. É claro que as reuniões exigem critério e a definição de prioridades.</p>	-
<p>11. Na área da Administração Pública deverá ser equacionado o envolvimento do INA e o aproveitamento do CED, para estimular o ensino e a formação a distância de modo a potenciar os recursos existentes. Qualquer Projeto na área da Formação de RH deve ser preparado em conjunto com a CFP e o INAP, sendo o CED um dos veículos para concretizar o referido Projeto.</p>	IPAD (CGII)	Aceite	<p>O conteúdo desta recomendação já foi implementado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ IPAD conjuntamente com o INA elaborou um documento de projeto que cobria o referido neste ponto envolvendo as entidades mencionadas. ▪ O projeto foi aprovado e o financiamento garantido. ▪ As autoridades de Timor-Leste com quem o mesmo tinha sido acordado inviabilizaram o projeto. 	A situação mantém-se.
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>12. Na área da Cooperação Técnico-Militar deverá ser equacionada o reforço da língua portuguesa na formação dos militares timorenses, devendo ser feita de forma estruturada e uniformizada e não casuística.</p>	MDN (DGPDN)	-	-	<p>O PCLP, a partir de 2012, foi substituído pelo Projeto de Formação Inicial e Contínua de professores.</p> <p>No âmbito deste projeto, a</p>
	MEC/(ex-GEPE) SG	Aceite	<p>No âmbito das competências do MEC, designadamente no quadro do PCLP, dever-se-á envidar esforços para o reforço da Língua Portuguesa na formação de militares timorenses,</p>	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
			devido promover-se a articulação entre os vários organismos envolvidos.	<p>intervenção do MEC/SG traduziu-se, durante o ano de 2012, na operacionalização dos processos de mobilidade docente, de professores portugueses vinculados, para o exercício de funções em Timor-Leste.</p> <p>No que se refere aos docentes contratados ao abrigo da Lei 13/2004, para o mesmo projeto, a SG é o interlocutor do MEC para os assuntos relacionados com os concursos nacionais de recrutamento de docentes, procedendo ainda à emissão de declarações para efeitos de instrução de processos de contagem de tempo de serviço.</p> <p>Quanto à formação em Língua Portuguesa destinada aos militares timorenses, esta SG desconhece os desenvolvimentos ocorridos neste âmbito.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>13. O apoio à língua portuguesa deverá constituir o principal objetivo do futuro PIC, não só através do PCLP mas, também, no apoio ao ensino superior e áreas afins como a comunicação social e a administração pública (nomeadamente o apoio ao sector da Justiça e ao</p>	IPAD (DSP)	Aceite	O novo PIC terá como um dos Eixos prioritários de intervenção o apoio à língua portuguesa, mantendo-se o apoio aos sectores referidos na Recomendação.	Por indicação do GSENEC, o novo PIC, que se encontra ainda em elaboração, estabelece como prioritárias a área da educação bem como as áreas afins aqui indicadas, a capacitação institucional e a comunicação social.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
Ministério da Educação).	Instituto Camões	Aceite	Dada a intervenção que o Instituto Camões (IC) tem tido no apoio ao ensino da língua portuguesa, considera o IC importante desenvolver, conjuntamente com o IPAD, mecanismos que, de forma articulada e integrada, visem a consolidação dessa intervenção na estratégia nacional de apoio ao desenvolvimento em Timor Leste.	<p>1) Apoio à Licenciatura em Ensino da Língua Portuguesa do Departamento de Língua Portuguesa da Faculdade de Artes, Educação e Humanidades da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, traduzido num aumento significativo de alunos inscritos e de diplomados.</p> <p>2) Apoio à qualificação do corpo docente do Departamento de Língua Portuguesa da Faculdade de Artes, Educação e Humanidades da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, investindo na formação pós-graduada e aprofundando uma cultura de investigação.</p> <p>3) Apoio à elaboração e fixação de conteúdos pedagógicos (materiais didáticos bilingues e dicionários)</p> <p>4) Apoio à formação inicial e contínua de professores em língua portuguesa</p> <p>As ações referidas em 1), 2) e 3) foram desenvolvidas entre o IC e o IPAD, no quadro do Projeto Mais Português.</p>
	MEC/(ex-GEPE) SG	Aceite	No âmbito das competências do MEC, designadamente no quadro do PCLP, dever-se-á envidar esforços que o uso da Língua Portuguesa seja em Timor-Leste uma realidade, através do	Em setembro de 2011 foram assinados com o Ministério da Educação de Timor-Leste dois Protocolos de Cooperação, na área do ensino não superior, a saber:

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
			incentivo de projetos/ações a integrar no futuro PIC, nesta área de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> – Protocolo para assistência técnica ao Ministério da Educação timorense; – Protocolo para a criação das “Escolas de Referência em Timor-Leste”. <p>No que se refere ao 1º protocolo está agendada para breve uma reunião com os vários serviços do MEC envolvidos na implementação do mesmo, para estudar as formas de proceder à referida implementação.</p> <p>No que concerne ao 2º protocolo está previsto para o início de Janeiro de 2013 a transição dos Polos Distritais da Escola Portuguesa de Díli para Escolas de Referência (ER) do Sistema Educativo timorense. Neste âmbito, a SG têm desenvolvido os procedimentos necessários para assegurar esta transição, nomeadamente no que se refere à constituição da equipa de coordenação e respetivo coordenador das referidas ER.</p> <p>Neste âmbito, este organismo tem, também, procedido à operacionalização dos processos de mobilidade docente, de professores portugueses vinculados, para o</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
	Autoridades timorenses	-	-	exercício de funções nas mencionadas escolas.
14. No apoio ao STAE, sendo Portugal um dos principais doadores no quadro do Trust Fund do PNUD na área da Governação Democrática, a Cooperação Portuguesa deve ter um papel mais ativo na seleção das assessorias portuguesas.	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	O STAE tem dois assessores financiados pelo IPAD. A seleção de assessores suportados pelo PNUD obedece a mecanismos concertados por este organismo e pelas autoridades de Timor-Leste, escapando às atribuições da CGII. Contudo, a Cooperação Portuguesa pode ter um papel mais ativo nessa seleção.	Atualmente encontram-se dois assessores portugueses em Timor-Leste, prevendo-se a contratação de um terceiro, identificado pelo STAE, aguardando-se parecer da Direção-Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral.
	MAI/DGAI	Rejeitada	A DGAI atendendo às solicitações do STAE de missões de assessoria técnica, nunca com duração inferior a 3 meses, tem informado sempre aquele organismo que, do ponto de vista de recursos humanos não tem como realizar missões tão prolongadas, no entanto, tem sido demonstrada total disponibilidade para realização de missões mais curtas, bem como a ministrar ações de formação aos técnicos do STAE, em Portugal. Ainda sobre este ponto, está prevista desde 2008, uma ação de formação na área da sociologia eleitoral e apresentação de resultados eleitorais que por motivos alheios à DGAI ainda não se realizou.**	**Deslocou-se a Portugal e à DGAI uma missão oficial do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral de Timor-Leste (STAE) liderada por S. Exa. o Sr. Secretário de Estado da Reforma Administrativa, no âmbito da realização de uma ação de formação de quadros eleitorais que decorreu entre os dias 29 e 30 de maio de 2012. A Área da Administração Eleitoral da DGAI, satisfazendo um pedido do Sr. Diretor-Geral do STAE, ministrou a citada ação de formação a 5 quadros eleitorais timorenses, com especial enfoque no domínio da estrutura orgânica do órgão de administração eleitoral português, da

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				concepção de estudos em sociologia eleitoral, no Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral (SIGRE), enquanto instrumento de organização, manutenção e gestão do recenseamento eleitoral português e, finalmente, no domínio do escrutínio provisório que efetua a recolha e divulgação de resultados eleitorais no dia da eleição.
<p>15. Na contratação de assessorias, deverão ser evitados os recrutamentos <i>ad hoc</i> (p. e. PNUD/Justiça) devendo o IPAD enviar sempre uma “<i>short list</i>” para o ministério ou entidade que solicitou a assessoria, no sentido de adequar o perfil dos candidatos às necessidades solicitadas.</p>	IPAD (CGII)	Não aceite	<p>O recrutamento de assessorias para o PNUD é coordenado pelo PNUD e pelo Ministério da Justiça de Timor-Leste.</p> <p>O IPAD apenas paga os seguros. A responsabilidade pelos recrutamentos é do Ministério da Justiça português.</p> <p>No que diz respeito às contratações bilaterais decorrentes de processos de seleção da cooperação portuguesa, pode, desde que haja mais de um candidato, passar a enviar-se uma <i>short list</i> com os CV, para apreciação pelas autoridades timorenses.</p>	<p>Mantém-se a situação.</p> <p>Mantém-se a situação.</p>
	MJ/DGPJ	-	-	-
	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>16. No sector da Justiça deve ser fortalecido o diálogo entre as autoridades portuguesas (Ministério da Justiça, IPAD e Embaixada) e o Ministério da Justiça timorense, para evitar falhas de comunicação. Devem ser revistas as condições contratuais e as condições de alojamento e de acessibilidade dos assessores portugueses.</p>	IPAD (DSP + CGII)	Parcialmente aceite	<p>O IPAD vai aumentar o número de reuniões sectoriais para partilha de informação.</p> <p>Existe articulação institucional entre o Ministério da Justiça português e o IPAD, a qual pode ser fortalecida no futuro.</p> <p>As condições contratuais dos assessores portugueses do Ministério da Justiça de Timor-Leste são as decorrentes da aplicação da Lei 13/2004. O subsídio de alojamento é garantido. Não se encontra previsto automóvel.</p>	<p>Têm vindo a ocorrer reuniões sectoriais regulares de coordenação entre este Instituto e o Ministério da Justiça, fundamentalmente devido à preparação e acompanhamento da execução do Programa da Justiça (Cooperação Delegada).</p> <p>Tem sido fortalecida a articulação entre este Instituto e o Ministério da Justiça.</p> <p>A situação mantém-se.</p>
	MJ/DGPJ	-	-	-
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>17. A Feira do Livro deverá manter-se como evento anual, pela sua relevância, visibilidade e efeitos na sociedade timorense, bem como a realização de novas iniciativas a desenvolver em parceria com outras entidades, criando sinergias e potenciando o impacto das ações.</p>	IPAD (CGII)	Parcialmente aceite	<p>A realização de feiras do livro está dependente de dotação orçamental para o efeito. No passado esta dotação foi da responsabilidade do IPAD, não se excluindo no futuro que a mesma possa ser atribuída a outro organismo.</p>	<p>A realização da V Feira do Livro foi da responsabilidade do Instituto Camões, tendo o então IPAD cofinanciado o evento.</p>
	MEC (ex-GEPE) SG	Aceite	<p>No âmbito das competências do MEC, deverão ser incentivadas novas iniciativas desta natureza, dada a escassez de obras e infraestruturas locais, a desenvolver em parceria com</p>	<p>No quadro desta medida destaca-se a intervenção do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares em território timorense, no âmbito da qual foram distribuídas 216 Malas</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
			outras entidades, nomeadamente as que contribuam para a difusão da língua e cultura portuguesas.	Ler+ por 34 escolas timorenses. Destaca-se ainda a participação ativa do Projeto “Escolas de Referência” na 2º feira do livro de Baucau, em parceria com o Camões, bem como a iniciativa Ler + - 17 escolas filiais, 132 maletas Ler+, num total de 1.522 livros de apoio ao currículo e acesso ao conhecimento visando explorar e estimular capacidades cognitivas, motoras, sensoriais e emocionais.
	Instituto Camões	Aceite	Manter a Feira do Livro nas ações que o Instituto Camões, através do Centro Cultural, tem vindo a desenvolver neste domínio.	Participação na Feira do Livro de Díli, no âmbito do Plano de Atividades Culturais do CCP Díli (2008,2010). Disponibilização de publicações em língua portuguesa. Lançamento de livros de história e literatura timorense (História de Timor-Leste; Batalha das Lágrimas, Crónicas Timorenses) Lançamento e apresentação de livros infantis traduzidos para Tétum (Anjo de Timor, Príncipezinho, Fada Oriana). Realização de sessões de leitura de contos para crianças das diversas escolas primárias de Díli. Semana Cultural no decurso da Feira do Livro de Díli.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>18. Dado o não aproveitamento do contingente de bolsas internas postas à disposição de Timor-Leste, este instrumento de ajuda deve ser revisto de forma a aumentar a sua eficácia.</p>	IPAD (CGI)	Rejeitada	O instrumento é o mesmo utilizado para os restantes países e que tem tido sucesso. O facto de não existirem bolsas internas em curso deve-se exclusivamente à falta de capacidade das autoridades timorenses/Embaixada de Portugal em apresentar atempadamente e em condições os processos de candidatura.	-
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>19. Na área do Ensino Superior o modelo de funcionamento e de financiamento deverá ser repensado. O apoio a este nível de ensino deverá ter subjacente a necessidade de sustentabilidade, a qual passa necessariamente pela apropriação do projeto pela UNTL. Este apoio deverá ser objeto, a médio prazo, de uma avaliação externa.</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O IPAD vai aumentar o número de reuniões sectoriais para partilha de informação.</p> <p>Concorda-se com a realização de uma avaliação externa.</p>	<p>Não foram efetuadas as reuniões sectoriais referidas.</p> <p>Com a nomeação de um novo Reitor da UNTL e com o aumento das disponibilidades financeiras para o Ensino Superior em TL, verificou-se uma crescente apropriação dos projetos em curso, bem como a elaboração de novos projetos, financiados em larga medida com fundos timorenses.</p> <p>No entanto, esta dinâmica não tem sido correspondida com a devida articulação entre este Instituto, os parceiros portugueses e a UNTL, com prejuízo para a complementaridade entre intervenções e para uma clara eficiente alocação dos recursos disponíveis. O mesmo poderá ser</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				<p>dito em relação às intervenções entre as diversas cooperações internacionais.</p> <p>Ao nível da sustentabilidade, não é para nós claro que a mesma esteja assegurada dada a evidente dificuldade da UNTL em prever e gerir as verbas necessárias ao desenvolvimento das intervenções em curso (por exemplo, o LIFAU, iniciativa promovida e suportada pelo Governo de Timor-Leste, com o apoio do Governo Português, para o apoio e coordenação das políticas relativas à promoção e difusão da língua portuguesa como língua de instrução na UNTL);</p> <p>Está prevista a realização de uma avaliação externa no final da vigência do Protocolo IPAD/FUP/UNTL, em 2013.</p>
	MEC (ex-)GEPE SG	-	<i>Nota: Tendo em conta a recente reestruturação ministerial ocorrida, esta questão deverá ser analisada oportunamente com os departamentos do MEC com competências na área do Ensino Superior.</i>	-
	FUP	Aceite	O novo ciclo de cooperação para o sector do ensino superior reflete uma mudança de paradigma que tem subjacente as preocupações referidas na recomendação 19. O contrato	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
			programa para o triénio 2011-13 segue um modelo de financiamento bipartido, e centra-se em objectivos específicos de promoção da sustentabilidade da UNTL, através do apoio à criação e consolidação de órgãos e estruturas de gestão académico-científica, financeira e administrativa, bem como da capacitação dos seus quadros técnicos.	
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>20. Na área da Comunicação Social, o apoio deverá ter em atenção não só a RTTL (televisão e rádio), nomeadamente o reforço da “secção de português”, mas, também, a formação de base dos jornalistas em língua portuguesa, em diálogo estreito com a UNTL, e com outros projetos na área da educação como é o caso do PCLP. O apoio português deve ter em atenção a necessidade de pensar os conteúdos (em quantidade e qualidade) da programação portuguesa, de modo a atrair audiências, nomeadamente as camadas mais jovens.</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O IPAD vai aumentar o número de reuniões sectoriais para partilha de informação.</p> <p>Já se encontra em prática o apoio referido o qual irá ser reforçado pela implementação de um projeto de cooperação delegada para os MEDIA.</p>	<p>Foram efetuadas diversas reuniões com o GMCS, mas no âmbito do Projeto de Cooperação Delegada na área de Comunicação Social.</p> <p>Relativamente ao Projeto Bilateral, é necessário aprofundar a articulação com o parceiro técnico nacional, a RTP, e com a RTTL, tendo em vista que o presente contrato-programa terminará no final de 2013 e por ser fundamental evitar contribuições dispersas para a cooperação neste sector dada a importância e o melindre do mesmo.</p> <p>O Projeto em Cooperação Delegada vai ao encontro de uma abordagem mais transversal do sector da Comunicação Social em Timor-Leste. Espera-se obter sinergias entre os projetos Bilateral e em</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				<p>Cooperação Delegada.</p> <p>Ao nível da Língua Portuguesa, encontram-se previstas diversas atividades de disseminação e aprofundamento da mesma em ambos os projetos, destacando-se: A criação de uma biblioteca especializada de Comunicação Social, em Língua Portuguesa, na UNTL; A formação em Língua Portuguesa de funcionários da RTTL; A tradução e a revisão de textos em Língua Portuguesa na secção de Língua Portuguesa da RTTL; a realização de conteúdos em Língua Portuguesa para difusão na TV e na Rádio públicas de Timor-Leste.</p>
	Instituto Camões	Aceite	<p>Dado que o Instituto Camões (IC) coopera com a UNTL não só na área da língua portuguesa como na área das ciências da educação, considera a IC poder vir a apoiar a formação (área da língua portuguesa) dos profissionais de comunicação social.</p>	<p>Foram desenvolvidas ações pontuais junto dos profissionais de comunicação social através dos cursos extracurriculares do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões na UNTL.</p> <p>Mantém-se a presente recomendação que se deverá concretizar via cursos extracurriculares do CLP/IC.</p>
	MEC (ex-)GEPE SG	Aceite	<p>No âmbito das competências do MEC, deverão ser estabelecidas sinergias com outros parceiros, nomeadamente com a Escola Portuguesa de Díli e</p>	<p>No âmbito do Projeto de Escolas de Referência em Timor-Leste está definido um plano de transição a partir de setembro de 2012 estando</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
			respectivos Pólos Distritais, tendo em conta o papel o papel por ela desempenhado no apoio à consolidação da língua portuguesa no país.	previsto o reforço das competências em Língua Portuguesa para estagiários entre os meses de setembro e dezembro de 2012. No que concerne à Comunicação Social há a destacar o envolvimento em iniciativas/parcerias socioculturais nomeadamente: programa nas rádios locais (Oecusse, Maliana e Gleno). Programa educativo, em negociação, na RTTL. Cinema para a comunidade em Same.
	Autoridades timorenses	-	-	-
21. Na área do Desenvolvimento Rural , deve ser promovida a apropriação do PADRTL por parte do MAP, bem como a complementaridade com o Cluster. A curto/médio prazo, deve ser realizada uma avaliação externa a este projecto.	IPAD (DSP + CGII)	Parcialmente aceite	Encontra-se em curso quer a apropriação quer a complementaridade (ver Recomendação 25). Concorda-se com a realização de uma avaliação externa.	Encontra-se em curso o <i>phasing out</i> deste projeto, prevendo-se que em 2013 a Cooperação Portuguesa termine o apoio bilateral, prevendo-se que as autoridades timorenses assumam parte das atividades executadas pelo PADRTL/PER em complementaridade com o RDP IV (Cooperação Delegada). Está prevista uma avaliação externa à intervenção portuguesa no sector do Desenvolvimento Rural.
	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>22. O eventual apoio ao ex-ICS (transformado recentemente em Instituto Nacional de Saúde) deverá ser equacionada em diálogo com as autoridades timorenses, no âmbito do seu novo enquadramento legal.</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O eventual apoio está condicionado à existência de verba e à hierarquização de prioridades no âmbito do novo PIC.</p> <p>Dados os atuais constrangimentos financeiros e as prioridades definidas pela cooperação portuguesa, o IPAD poderá não apoiar este projeto no quadro do próximo PIC.</p>	<p>O Projeto não foi considerado prioritário pela Cooperação Portuguesa, pelo que não está contemplado no novo PIC 2011/2014.</p>
	FCG	Aceite em parte	<p>A intervenção na área da formação em saúde deve ser equacionada em conjunto com o apoio à formação inicial ministrada na Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde, recentemente criada, e que herdou as competências do ICS nesta matéria. O apoio à formação, neste período transitório, terá que ser articulada com os Ministérios da Saúde e da Educação.</p>	<p>A FCG continua a apoiar a formação em saúde em Timor-Leste, nomeadamente ao nível da organização e planeamento dos cursos a lecionar ao nível da FMCS, através do projeto ForSa (que continua a contar com o apoio técnico das escolas parceiras portuguesas). Este apoio tem sido articulado com os Ministérios da Saúde e do Ensino Superior e UNTL.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>23. O <i>Cluster</i>, após terminar a atual fase de implementação iniciada em Abril de 2008, deverá proceder, em articulação com as autoridades timorenses, a uma atualização da estratégia enquanto instrumento inovador da Cooperação Portuguesa. Deverão também ser reforçados os mecanismos de</p>	IPAD (DSP + CGII)	Aceite	<p>O conteúdo desta recomendação já está a ser implementado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Anualmente é realizada uma reunião do Concelho Estratégico na qual se efetua à atualização da estratégia previamente definida tendo em vista a introdução de mecanismos corretivos. 	<p>Mantém-se a situação.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
acompanhamento de todas as suas Componentes de modo a permitir um controle de custos e ponderar a sua inserção no desenvolvimento local de Maubara bem como da articulação efetiva dos vários detentores de interesse (<i>stakeholders</i>).			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os mecanismos de acompanhamento são fortes, nomeadamente pela realização de duas auditorias anuais e uma de qualidade. O Cluster encontra-se certificado. ▪ Prevê-se, já para 2012, o financiamento por parte de Timor-Leste de parte da Atividade prevendo-se igualmente a passagem da totalidade da atividade projeto para Timor-Leste a partir de 2013. ▪ De realçar que o Cluster de Oecussi, replicação do Cluster Mós Bele, já é da total responsabilidade de Timor-Leste, do ponto de vista financeiro e de recursos humanos. 	<p>Mantém-se a situação.</p> <p>Financiamento assumido TL.</p> <p>Mantém-se a situação.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-
24. Promover a coordenação e articulação entre os projetos do sector da Educação de modo a colmatar a necessidade de formação de formadores em língua portuguesa e aumentar a eficiência e a complementaridades da Cooperação Portuguesa.	IPAD (DSP + CGII)	Parcialmente aceite	Dada a importância do sector da educação, o IPAD vai aumentar o número de reuniões, para partilha de informação e maior coordenação e articulação, envolvendo todos os atores deste sector.	As reuniões não se realizaram. As negociações para a preparação do PFIC foram conduzidas por negociação direta entre o GSENEC e as autoridades timorenses, bem como entre o GSENEC e as universidades envolvidas, as quais foram escolhidas diretamente pelo ministro da Educação de Timor-Leste para realizar o processo de

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				<p>seleção e formação dos docentes e para o acompanhamento científico-pedagógico. Não foram realizadas reuniões de coordenação e articulação com o Ministério da Educação.</p> <p>Ao nível do Ensino Superior, foram celebrados em 2011 diversos protocolos institucionais entre a UNTL e universidades portuguesas, a CRUP e a FUP sem que este Instituto fosse chamado a dar parecer sobre os mesmos.</p> <p>As situações descritas prejudicaram a desejada coordenação e articulação entre os projetos do sector da Educação.</p>
	Instituto Camões	Aceite	Ver comentário à Recomendação 20.	-
	MEC (ex-)GEPE SG	Aceite	No âmbito das suas competências, o MEC mostra-se disponível para contribuir para a articulação entre os projectos desenvolvidos no sector da educação, nomeadamente no que se refere à potenciação da atuação da Escola Portuguesa de Díli e respetivos Pólos Distritais, neste âmbito.	Confrontar o ponto nº 13
	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>25. Para garantir a sustentabilidade e apropriação, a coordenação das intervenções deverá ser conjunta, com assumpção de crescentes responsabilidades pela parte timorense, e com estratégias de saída definidas. Este princípio deverá aplicar-se não só a todos os programas e projetos como também ao <i>Cluster</i>.</p>	<p>IPAD (CGII)</p>	<p>Parcialmente aceite</p>	<p>Existe uma preocupação no sistema de coordenação conjunto. Assim o PCLP já tinha na sua estrutura de coordenação um representante do ME de TL, o PADRTL e a sua programação faziam parte da Programação das Direções Distritais de Agricultura.</p> <p>Os quadros timorenses afetos ao PADRTL são assegurados pela parte timorense.</p> <p>O Coordenador do CED é timorense e o Cluster tem timorenses afetos, um dos quais irá liderar integralmente o Cluster de Oecussi, suportado financeiramente na totalidade por TL. Contudo poderá sempre melhorar-se.</p>	<p>Apesar de prevista na sua estrutura, a coordenação conjunta do PCLP não se verificou.</p> <p>O PCLP pretendeu dar continuidade ao implementado na segunda fase do PRLP, quando se optou pela mudança de estratégia com o objetivo de tornar o projeto sustentável. Ou seja, uma aposta clara em formar docentes, aumentar o número de formadores e diminuir o número de docentes portugueses no terreno, o que não verificou. Com o PFICP verifica-se o aumento de docentes portugueses em 2011. Apesar do PFICP assentar num novo paradigma de cooperação ao diminuir a nossa despesa duplicando o número de docentes face a 2011 e eliminando as despesas com o funcionamento local, seria desejável termos assistido a uma apropriação progressiva. O CICAL passou da posição de financiador, promotor e executor para cofinanciador e coexecutor, sendo-lhe cometidas apenas funções de natureza administrativa.</p> <p>Não obstante se constatar maior apropriação pelas autoridades timorenses em termos financeiros, continua a verificar-se uma forte</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
				<p>dependência de apoio técnico português ao nível da docência e da assessoria científico-pedagógica, a qual se justifica na ainda frágil qualificação dos docentes timorenses.</p> <p>A coordenação do PER atua em conjunto com o MAP TL, desenvolvendo alguns dos técnicos daquele ministério atividades planeadas no âmbito do Programa, tais como acompanhamento e manutenção de fazendas, campos de demonstração e formação direcionada a agricultores de diversos distritos do país.</p> <p>Apesar de prevista anualmente, não temos evidência de que a Comissão Paritária se tenha realizado em 2011 e em 2012.</p> <p>Relativamente ao Cluster, foi assumido, em final de 2011, pelo Governo de Timor-Leste o cofinanciamento do Programa e a continuação do trabalho que permita que o Programa seja sustentável e possa ser replicado em Oecussi.</p>
	Autoridades timorenses	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³ (Julho de 2011)	SEGUIMENTO ⁴
<p>26. Para que o apoio à língua portuguesa, nas suas diversas valências, produza resultados e efeitos, deverão as autoridades timorenses assumir a língua portuguesa como língua de comunicação e trabalho.</p>	Autoridades timorenses	-	-	-
	MEC (ex-)GEPE SG	Aceite	No âmbito das suas competências, e no que respeita aos contatos com o seu homólogo timorense, o MEC deverá empenhar-se no sentido de que a língua portuguesa em Timor-Leste seja assumida como língua de comunicação e trabalho.	Confrontar ponto nº 13
<p>27. O papel do MNE, enquanto coordenador entre os Ministérios sectoriais timorenses e enquanto interlocutor com a Cooperação Portuguesa, deverá ser reforçado.</p>	Autoridades timorenses	-	-	-
<p>28. Tendo em consideração a sustentabilidade financeira dos programas e projetos de cooperação, Timor-Leste deverá assumir progressivamente a sua parte de responsabilidade pelo financiamento, gestão e acompanhamento das intervenções de desenvolvimento. Para o efeito deverá, nomeadamente, identificar/nomear coordenadores timorenses para cada projecto/intervenção.</p>	Autoridades timorenses	-	-	-